

A INVASÃO PORTUGUESA EM ANGOLA E A IMPLANTAÇÃO DO MODELO EDUCACIONAL: MINHA VISTA DO PONTO

Manuel Nambua¹

RESUMO: A educação está presente na vida dos indivíduos, tanto nos espaços escolares e não escolares. Nesse sentido, em Angola, a educação já fazia parte do meio social dos povos indígenas antes da invasão dos colonizadores portugueses. O presente estudo faz parte de um dos capítulos da pesquisa em andamento da dissertação de mestrado em educação no Programa de Pós-Graduação em educação da Universidade Federal de São Carlos, campus de Sorocaba, São Paulo. O objetivo do estudo é analisar de forma crítica a educação em Angola, especialmente no que diz respeito ao período histórico pré-colonial e ao período colonial. Este estudo tem como foco a pesquisa bibliográfica e os resultados obtidos das literaturas já publicadas foram analisados conforme a análise de conteúdo. Dentre os principais achados, destaca-se a discordância em relação à invasão portuguesa em Angola, quanto aos dados de 1482 e 1483. Além disso, observa-se deficiência de estudos que aborda a educação pré-colonial. Espera-se que este trabalho contribua para os debates acadêmicos e sociais, a fim de promover múltiplas reflexões sobre a importância de se estudar a verdadeira história de Angola.

2564

Palavras-chave: Angola. Educação Pré-Colonial. Educação Colonial.

ABSTRACT: Education is present in everyone's life, in both school and non-school spaces. In this sense, in Angola, education was already part of the social environment of the indigenous peoples before the invasion of the Portuguese colonizers. This study analyzes the form of criticism of the development of education in Angola before the Portuguese invasion and during the colonial period. This is a qualitative study, using a bibliographical research approach. The results extracted from the literature already published were explored using content analysis. Among the main findings, we highlight the disagreement regarding the Portuguese invasion of Angola, in relation to the data from 1482 and 1483. In addition, there is a lack of studies on pre-colonial education. It is hoped that this work will contribute to academic and social debates, in order to promote multiple reflections on the subject under discussion.

Keywords: Angola. Pre-Colonial Education. Colonial Education.

¹Mestrando em educação, Universidade Federal de São Carlos, campus de Sorocaba. Licenciado em Pedagogia e bacharel Interdisciplinar em Humanidades, ambas pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB/CE.

1. INTRODUÇÃO

O presente texto provém da pesquisa em andamento da dissertação de mestrado em educação no Programa de Pós-Graduação em educação da Universidade Federal de São Carlos, campus de Sorocaba, na qual refletimos sobre a Educação e formação de professores em Angola a partir dos estudos produzidos no Brasil. Neste capítulo abordamos a história da educação em Angola, desde o período pré-colonial e a educação colonial. O objetivo do estudo foi analisar de forma crítica a educação em Angola, especialmente no que diz respeito ao período histórico pré-colonial e ao período colonial, descrevendo o seu desenvolvimento.

Dessa maneira, gostaríamos de evidenciar que as reflexões não se focam no processo de luta de libertação para a independência de Angola, embora em alguns casos tenha citado os partidos majoritários que reivindicaram contra o sistema colonial português. Destes, destacamos a Frente Nacional para Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA).

Todavia, olhando na perspectiva educacional, como veremos adiante, mas cabe narrar uma predefinição, evidenciando que, a educação é um processo de troca de saber de um determinado povo, visto que os valores e as experiências se perpetuam de uma geração para outra. Neste sentido, o ato de educar representa a prática que visa manifestar aos indivíduos os princípios éticos e morais aceitos na sociedade.

Fundamentado nesse contexto, o pensamento de Brandão (2007), a qual contempla uma reflexão a respeito da essência da educação. Este, por sua vez, adverte que a “[...] educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que recriam, entre tantas outras invenções de culturas, em sociedade” (Brandão, 2007, p. 10).

Pontua-se que a história do território que hoje se chama Angola antecedeu a invasão dos portugueses, pois o território já era habitado por diversos reinos nativos que se organizavam em estrutura de solidariedade comunitária. Nesse quesito, a educação não se referia às instituições de ensino, mas sim, da oralidade através dos ensinamentos dos responsáveis, das comunidades e das famílias. Após a invasão portuguesa, a cultura desses povos foi desestruturada, impondo-lhes a educação escolar, novos hábitos e costumes que se baseavam nos moldes da sociedade portuguesa (Brito Neto, 2005).

Zau (2002) afirma que esses povos eram extensos, mais de nove nações que se relacionavam entre si, mas atualmente há poucas comunidades, pois muitos deles sofreram

etnocídio fruto do processo colonial e apagaram suas culturas. Nesta senda, Liberato (2014) ressalta a importância de se estudar a educação dos indígenas antes da colonização, por haver lacunas de referências nesse campo.

As reflexões se pautam numa visão crítica em face do perigo da história contada sobre Angola, pois muitas delas acarretam viés político e deixam lacunas na verdadeira história do país. Deste modo, esperamos que este trabalho contribua para os debates acadêmicos e sociais, a fim de promover múltiplas reflexões sobre o tema em discussão e evidenciar a educação pré-colonial dos povos indígenas para fomentar novas pesquisas.

O trabalho está estruturado da seguinte maneira. No primeiro momento aborda-se a invasão dos portugueses e os primeiros contatos com os reinos de Angola. No segundo momento, de forma sucinta, trata-se do espaço geográfico angolano. Por fim, no quarto e quinto momento, refletimos em torno da educação pré-colonial e da educação colonial.

1.1 Educação Pré-Colonial

Estudar sobre a educação pré-colonial em Angola não é uma tarefa fácil, pois apesar de ser uma temática antiga no quesito a nomenclatura, mas na academia Angola “[...] a preocupação com este assunto é bastante nova, sendo a sua discussão ainda incipiente entre os acadêmicos.” (Chocolate, 2016, p. 80). Nesse raciocínio, a falta de fontes escritas no continente africano, tem limitado essa temática.

Nessa ordem de ideias percebe-se que a “[...] história da educação em Angola no período pré-colonial acaba sendo vaga devido à escassez de registro material que dão conta da sua constituição, seus processos pedagógicos e organizacionais e objetivos” (Gonçalves, 2023, p.16). Se destaca que cada sociedade colonizada, tinha seu modelo educacional pautado pela sua realidade social antes da chegada dos invasores. No contexto da Angola, os povos que ali habitavam já se educavam de maneira teórica e prática a partir dos trabalhos realizados nas comunidades, mas as narrativas contadas provêm dos colonizadores e às vezes histórias carregadas de preconceito, inferiorizando os indígenas.

Para Vilarim, Martins e Rodrigues (2021, p. 239):

[...] educação nas tribos que viviam em toda a região dava-se por meio de transmissão oral. Muito dos conhecimentos tradicionais eram transmitidos por histórias, provérbios, músicas, danças e mitos. Uma cultura extremamente rica que era transmitida de geração em geração em harmonia com a natureza com os indivíduos das sociedades em que estavam inseridos.

Nesses encontros de partilha de saberes, as crianças e os mais jovens aprendiam a fazer aos olhos dos mais velhos. Às vezes a curiosidade fazia parte do cotidiano e esse processo era contínuo e auxiliava na contribuição das atividades da comunidade em todos os momentos que eram incumbidos, quer pelo chefe da família, quer pelos líderes do grupo. Em realidade a essas situações da participação das crianças nas atividades, segue-se uma imagem que ilustra crianças indígenas construindo casa.

Figura 1: Crianças indígenas construindo casa



Fonte: Alvini (2010).

Mediante o exposto, a entrega das crianças nas atividades diárias da comunidade, era um processo basilar na educação pré-colonial. As crianças e jovens tinham autonomia e responsabilidade para fazer o que era orientado pelos adultos. Aprender a observar a natureza e as atividades dos mais velhos deixava as crianças mais criativas conforme a imagem anterior. Atualmente, nas comunidades indígenas cada vez mais se perde os costumes culturais, a educação que se baseava em contos, anedotas, adivinhas, contos, histórias, mitos, lendas e muito mais. Percebe-se que há também influência externa e a globalização tem ajudado, infelizmente, na perda desses valores culturais.

Em suma, sabe-se que a colonização foi o promotor dessa perda identitária, mas há ainda algumas comunidades presentes, embora os costumes são moldados e nem sempre estão atrelados com as suas realidades. É importante, portanto, valorizar a educação dos povos originais e criar políticas que visam fortalecer os seus saberes, inserindo-os nos currículos escolares das instituições angolanas.

1.1 A invasão dos portugueses e os primeiros contatos com os reinos de Angola

A história do mundo é uma construção social narrada baseada nos interesses das grandes potências mundiais. Nesse ponto de partida, podemos dizer que toda história é uma narrativa que omite ou não a verdade de um determinado país (Larrosa, 2002). As pesquisas sobre a história de Angola, tem sido consensual encontrar nos estudos a respeito da invasão portuguesa no território angolano datada desde 1482, quando Diogo Cão, enquanto viajava para Índia em busca de mercadoria. Nessa rota, acabou por desembarcar na Foz do Rio Zaire, onde estabeleceu os primeiros contatos com os reinos do Congo e Ndongo (Silva, 2023, Vilarim, Martins, Rodrigues, 2021 e Silva Neto, 2005).

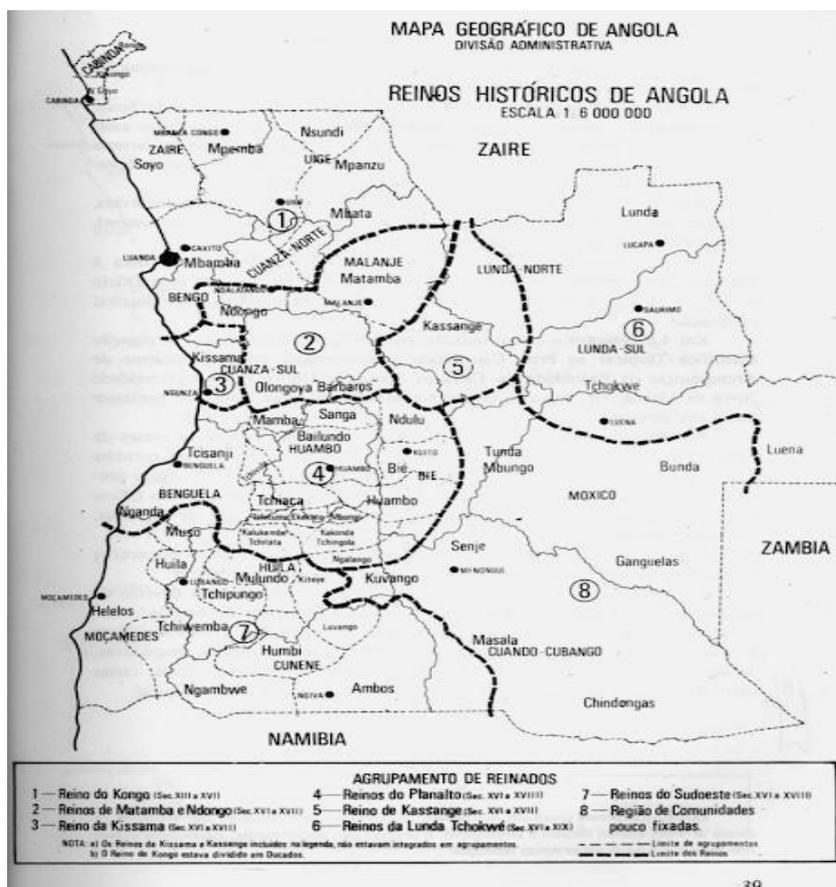
Mas há diversas controvérsias sobre esta data narrada, pois nos estudos de Filipe Augusto Barreto, no seu artigo sobre a Conversão e escravidão: reflexões sobre o cristianismo na Fortaleza Máxima em Angola no século XVII, ao apontar que os invasores “[...] portugueses chegaram em 1483”. Outra controvérsia histórica se refere ao tempo que os colonizadores permaneceram em Angola, aquilo que Castelo (2017, p. 65) chama de “[...] mito dos 500 anos da presença portuguesa [...]”.

Se por um lado os portugueses chegaram a Angola em 1482, e tendo este país sido independente em 1975, logo não soma 500 anos, pois subtraindo 1482-1975, resulta de 493 anos. Portanto, “Em geral, esses exercícios de pensamento e de escrita supõem um duplo jogo. Por isso podem permitir, às vezes, um duplo benefício, mas implicam, ao mesmo tempo, um duplo risco”. (Larrosa, 1994, p. 1).

Todavia, com a chegada dos portugueses no território angolano, conforme destaca Buisa (2016, p. 68) cujo “[...] principal objetivo do navegador era estabelecer relações de trocas e amizade com as populações nativas, especialmente com os reis, visto que os três principais reinos naquela altura eram os do Congo, Ndongo e Matanda”. Dessa forma, entendemos que, essas relações envolveram o apagamento das culturas dos povos indígenas, pois a partir do cristianismo, os jesuítas passaram a catequizar, utilizando a Bíblia como centro ideológico. A partir dos seus dogmas, facilitou a exploração das terras angolanas e levaram a força os escravizados para trabalharem nas grandes plantações de cana-de-açúcar no Brasil (Brito Neto, 2005).

Como frisamos antes, o território angolano já era povoado antes dos portugueses tomarem as terras. Nesse sentido, mostramos no mapa a seguir como os reinos estavam localizados.

Figura 2: Mapa geográfico dos reinos de Angola



Fonte: Zau (2002).

Esses reinos eram tão fortes, mas cada um sentia-se mais poderoso do que outro e não havia interesses comuns para defenderem a região, porque as brigas eram constantes entre eles. Dito isso, como exemplo, vê-se que o Reino do Ndongo se preocupava em manter as relações políticas, enquanto o Reino do Congo primava na relação mútua com Portugal (Zau, 2002). Ainda, Buissa (2016, p.69) descreve que:

Os povos lutavam entre si, impondo, assim, por parte dos europeus, o princípio de dividir para melhor reinar [...] até a data da realização da Conferência de Berlim, a presença portuguesa só se fazia sentir ao longo da costa atlântica, sobretudo, em Luanda [...] No entanto, os portugueses encontraram, naquele território, diversos reinos, com uma estrutura social, econômica, política, e administrativamente organizados.

Na leitura acima se entende que, esses reinos tinham tanto poder e condições de expulsar os colonizadores da região de Angola, mas a presença dos missionários católicos na comitiva de Diogo Cão, foi estratégico e fundamental para lhes dominar. Entende-se que foi um processo difícil para os reinos, pois em diversos momentos os reis eram aliciados e ofertavam mercadorias (Brito Neto, 2005).

Os primeiros missionários com missão de catequizar os indígenas datam de 1490, quando os primeiros navios de católicos chegaram ao Porto de Mpinda². Os colonizadores estabeleceram relações de troca, construindo uma mansão para o Rei Nzinga Nkuvu³ e uma igreja, em troca de marfins, escravizados e tecidos artesanais.

Além disso, havia o processo de batismo dos reis do Congo, Ndongo, Matamba e outros, fazendo mudança dos seus nomes, em representação das entidades portuguesas. Na época, o batismo era um ritual indispensável que permitia a aproximação ao rei português (Buisa, 2016, Zau, 2002, Silva Neto, 2005). Destarte, visto que nem todos os indígenas sabiam falar português, os missionários a traduziam nas línguas nacionais (kimbundu, Kikongo, Umbundu) e outras línguas. Nessa mesma senda, Buisa (2016, p. 70, citado Silva Neto, 2005), afirma que, “Tornar-se cristão em Angola significou ser forçado a anular-se, isto é, negar as raízes culturais, menosprezar as línguas nativas, as tradições culturais, o sistema de vida, os laços sociais que definem a identidade da comunidade nativa”.

Portanto, a invasão portuguesa em Angola destruiu a cultura dos povos encontrados, pois lhe foi imposto um novo modo de vida, nova língua, nova religião e forçaram-lhes a crer que tudo que era deles nada servia e era ruim. Assim, a educação baseada na oralidade foi invertida pela educação escolar.

1.1 A história da educação colonial em Angola

Nesse tópico, partimos do objetivo de entender como se desenvolveu a educação colonial e suas respectivas fases. Todavia, mediante os estudos de Brio Neto (2005), Silva Neto (2005) e Zau (2002), argumentam que a implementação de uma educação colonial começa entre os anos de 1575- 1974. Antes dessa data, os portugueses procuravam se estabelecer, por isso que em 1490 os primeiros missionários da igreja Católica, começaram os processos de evangelização.

Brito Neto (2005, p. 15), assevera, neste ano foi construída a “[...] primeira fortaleza, denominada São Miguel, em cujos arredores foi fundada Luanda”. Este autor evidencia que nesse período, os portugueses eram tão agressores e queriam tomar o poder pela via da força, pois o objetivo era ascender e instalar a chefia portuguesa em Luanda. Foi assim que, mesmo

²É um porto que serviu de desembarque da primeira missão evangélica portuguesa em Angola e localiza-se na província do Zaire.

³ Foi o rei do reino do Congo.

diante de diversas guerras e mortes, os portugueses não desistam e por fim venceram os militares do rei Ngola Kiluanje.

Após esta vitória, destaca Brito Neto (2005, p.15), que o Paulo, dia de Novas, enviou “[...] 100 em Luanda 100 famílias de colonos que foram postos a cultivar açúcar”. No entanto, essas famílias formas crescendo e criaram rupturas no modo de vida dos povos nativos, retirando-lhes a vivência colaborativa, impondo-lhe outra maneira de vida que se baseava no trabalho e capitalismo.

A educação colonial era excludente para os negros, aqueles que tinham acesso às vezes eram filhos dos senhores que colaboravam com os portugueses, os chamados indígenas assimilados. O ensino colonial, segundo Belchior (1965, p. 651) citado pelo Brito Neto (2005, p. 55), na Carta Pastoral narra que era a educação servia apenas para saberem as palavras e soletrar. Este documento afirma que:

Tentamos atingir a população nativa em extensão e profundidade, para os ensinar a ler, escrever e contar, não para os fazer ‘doutores’. (...) Educá-los e instruí-los de modo a fazer deles prisioneiros da terra e protegê-los da atração das cidades, o caminho que os missionários católicos escolheram com devoção e coragem, o caminho do bom senso e da segurança política e social para a província.

Nessa perspectiva, consideramos que o projeto educacional portugueses era cruel e os indígenas se submetiam ao que lhes era imposto, sem reivindicação e reforçava a política portuguesa no ensino dos hábitos, na língua, etc., (Brito Neto, 2005). Assim, para entendermos melhor, descreveremos a trajetória das fases da educação colonial em Angola.

Para Brito Neto (2005), existiu em Angola cinco fases da educação durante a permanência dos colonizadores e estão articuladas da seguinte forma:

- A primeira fase (1575-1759) foi dominada pela educação jesuíta, centrada na doutrinação religiosa. Nessa fase, a Bíblia era o centro do poder, pois nenhum indígena tinha o direito de se omitir das doutrinas e quem o fizesse, era considerado pecador e arcava as consequências. Portanto, por conta desse instrumento que permitiu a dominação dos povos angolanos e quiçá dizer do continente africano, tornou-se fácil criar laços com os reinos encontrados para melhor dominar escravizar.
- A segunda fase (1759-1793) foi marcada pela Educação Pombalina, uma reforma liderada pelo Marquês de Pombal, que teve em vista modernizar o sistema educacional colonial.
- A terceira fase (1792-1845) foi caracterizada pela Educação Joanina, coincidindo com a expansão colonial e a intensificação do trabalho esforçado.

- A quarta fase (1845-1926), com a Educação Falcão e Rebelo de Sousa, visou formar cidadãos autóctones para atuarem como intermediários entre os colonizadores e a população local.
- A quinta fase (1926-1961), sob a Educação Salazarista, refletiu o regime autoritário de António de Oliveira Salazar, impondo ideologias do regime e da Igreja Católica. Esse período foi marcado pela exclusão dos indígenas no acesso à educação e o ensino primário rudimentar era limitado, focando em uma elite colonial, perpetuando desigualdades educacionais.

As fases descritas impactaram a formação do cidadão angolano, e as marcas coloniais continuam presentes tanto nos currículos, no âmbito da educação, quanto no modo de pensar dos governantes, especialmente nas políticas públicas. Essas afirmações se justificam pelo fato de que, na contemporaneidade, o acesso à educação em Angola é insuficiente, refletindo o modelo colonial. Assim, a estrutura do sistema de ensino colonial em Angola era constituída sob os moldes portugueses conforme descrito no quadro a seguir:

Quadro 1: Estrutura do sistema de ensino colonial em Angola

Ensino Primário Rudimentar	Idade de ingresso: 7 aos 12 anos	Nível de ensino: 3 ^a e 2 ^a série elementar	Idade de saída: 9 aos 14 anos
Ensino Primário elementar	7 aos 10 anos	4 ^a série elementar	10 aos 13 anos
Escola profissional	10 anos, 3 ^a série rudimentar	4 ^a série elementar	12 anos
Ensino profissional de artes masculino	10 anos com rudimentar ou sem	Ensino inicial obrigatório, equivalência	anos até a 2 ^a série

Fonte: Brito Neto, 2005, p. 51.

Destarte, “[...] o ensino colonial era [...] discriminatório para os angolanos⁴, pois a política educativa colonial não permitia o acesso democrático das populações aos serviços educativos, o que explica os elevados índices de subescolarização [...] da população” (Victorino, 2012, p. 3). Assim, podemos dizer que a educação colonial tinha o seu currículo, com disciplinas e conteúdo do colonizador. Se destaca, por exemplo, a educação salazarista que era predominantemente guiada pela ditadura e pela imposição do Governo Português,

⁴ Indígenas assimilados eram aquelas pessoas que

que controlava tudo e reprimia qualquer forma de organização dos indígenas. Era, portanto, um regime que se destacou pelo elevado grau de autoritarismo, no qual os cidadãos não tinham permissão para se manifestarem às políticas em vigor naquela época.

I. O ESPAÇO GEOGRÁFICO ANGOLANO

Angola é um país localizado no sul do continente africano, fazendo fronteira com a República Democrática do Congo ao norte, a República da Zâmbia a leste, a República da Namíbia ao sul, sendo banhado pelo Oceano Atlântico a oeste. Possui uma extensão territorial de 1.246.700 km² (Angola, 2016; Brito Neto, 2005). A princípio, o nome Angola, segundo Silva Neto (2005, p. 4), deriva-se do termo "Ngola Nzinga", atributo retirado do nome do rei Ndongo, ou ainda, pode se designar como "Ana-Ngola e Akua Nzinga", que leva o significado de "filhos do Ngola".

O território se tornou independente politicamente do regime português em 11 de novembro de 1975⁵, sob liderança do partido do Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA) e “[...] foi o único partido legalmente reconhecido” Silva (2023, p.50) na comunidade internacional.

No contexto do continente africano, Angola é membro da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral⁶ (SADC). O papel de Angola no continente africano e nesta comunidade supracitada tem sido preponderante, tanto que, atualmente, o país é quem detém a tutela da presidência deste órgão. Apesar disso, nota-se que a grande contribuição de Angola na região se deve ao contexto político, militar, força de defesa e de segurança, ao passo que há um recuo no campo da educação. Esta afirmação não é valorativa, basta olharmos os rankings africanos, onde Angola nem sequer faz parte das 300⁷ melhores universidades.

É nesse sentido que presumimos ser indispensável à atuação do Estado, visto que é uma situação que carece de intervenção de políticas públicas no país, pois Angola tem

⁵O MPLA está no poder há 48 anos e se adentra que a independência de Angola é discutível, pois além do MPLA, os partidos políticos destacando a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), no mesmo dia 11 de novembro de 1975, proclamaram suas independências nas regiões sul e norte de Angola.

⁶ composta pelos seguintes países: Angola, África do Sul, Botswana, Lesoto, Moçambique, Madagáscar, Malawi, Maurícia, Namíbia, República Democrática do Congo, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. Criada a partir da iniciativa dos países da Linha da Frente, que lutavam pela libertação da África Austral, a SADC surgiu em 1992 com o objetivo de criar políticas econômicas para o crescimento e desenvolvimento dos países da região no âmbito do “[...] comércio, energia, educação e turismo” (Murapa, 2002, p. 169).

⁷Ver o site: <https://www.webometrics.info/en/Africa>. Acesso em: 10.nov.2023.

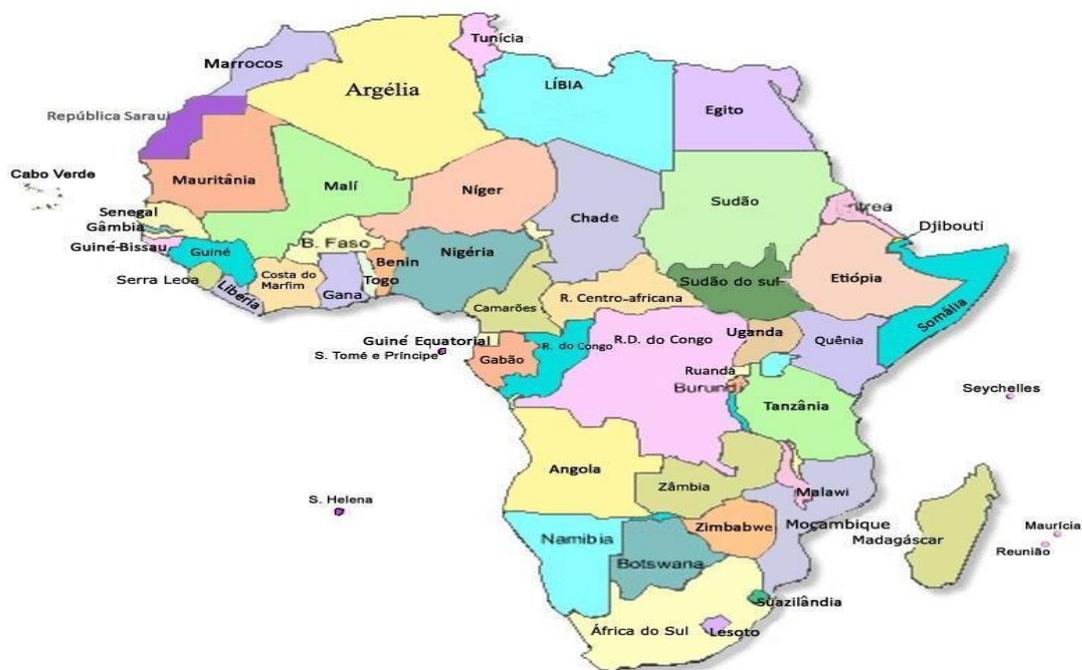
potencial para se tornar uma potência na educação do continente africano. Uma das estratégias seria econômico aumento do orçamento da educação, a aposta na produção científica e a reformulação dos currículos. Para Agostinho (2018, p. 201), “[...] é o currículo que vai definir o tipo de sociedade e de cidadão que se quer construir”.

Partindo desses olhares, é necessário destacar que o território é cientificamente dependente, uma vez que os currículos escolares são baseados no contexto europeu. O país é refém das pesquisas externas, e muitos trabalhos de conclusão de Curso (TCC), Dissertações e Teses não são publicadas em revistas ou repositórios das universidades angolanas, dificultando os pesquisadores que pretendem desenvolver estudos em Angola.

No campo da saúde, as instituições de medicina e hospitais, por exemplo, continuam a importar de forma massiva os medicamentos de países considerados desenvolvidos, sem produção internacional. Portanto, dialogando com Paulo Freire (2014), temos a esperança do verbo esperar e não do verbo esperar, que um dia Angola será referência educacional na África, conforme se destaca na segurança militar, assim que haver vontade política dos governantes.

Mais adiante, é apresentado o mapa da África, situando Angola dentro dela.

Figura 3: Localização geográfica de Angola no mapa da África



Fonte: Muanda (2019, p. 18) apud Misosoafriapt⁸.

⁸ Disponível em: <https://misosoafriapt.wordpress.com/2012/03/19/mapa-atualizado-da-africa-2012/>. Acesso 23 jun. 2023.

O mapa representa os 54 países do continente africano, com as respectivas delimitações traçadas a partir da Conferência de Berlim. Infelizmente, este continente tem sido amplamente explorado, sendo uma fonte de riqueza que abastece as grandes potências europeias. No caso de Angola, o país foi delimitado com base na visão dos colonizadores, mas na região já havia limites geográficos entre os reinos existentes. Todavia, a partir das limitações da conferência citada, intensificou-se em grande escala a exploração das terras pelas potências europeias, impondo normas e padrões de vida aos povos encontrados. Antes da chegada dos colonizadores, as fronteiras dos territórios dos povos de Angola eram delimitadas mediante rios, árvores ou montanhas, que demarcavam os espaços geográficos de cada Estado existente (Silva, 2019).

Consoante o autor, os territórios que compõem Angola tinham as suas delimitações, e os grupos étnicos detinham as terras. A autora destaca ainda que os reinos em Angola eram divididos em várias regiões, cada uma com seu próprio sistema político e social. Na Angola “[...] pré-colonial, as fronteiras culturais e linguísticas sempre foram bastante tênues e de delimitação, sendo por tal designadas por fronteiras étnicas, num quadro de interdependência com atividades produtivas predominantemente em difícil cada grupo étnico específico” (Silva, 2019, p. 130).

Os grupos étnicos valem destacar aqui a presença do reino do Congo, que era um dos mais importantes reinos, abrangia uma grande área que se estendia desde o norte de Angola até o sul do Gabão. Outros reinos importantes incluíam o Reino de Ndongo, o Reino de Matamba e o Reino de Kassanje. Cada um desses reinos tinha suas fronteiras e um sistema de governo, com um rei ou rainha no topo da hierarquia, seguido por nobres e chefes locais. A economia desses reinos era baseada principalmente na agricultura, com destaque para o cultivo de mandioca, milho, feijão e amendoim (Brito Neto, 2005).

Nesse sentido, a atualização cartográfica do país, segundo o Censo de 2014, aponta que a divisão administrativa de Angola é composta por 18 províncias, 161 municípios, 556 comunas, 2.352 bairros e 25.289 aldeias nas áreas rurais e urbanas (Angola, 2016). Estima-se que a população de Angola seja de aproximadamente 25.789.024 habitantes, sendo que 63% reside em áreas urbanas e 37% em áreas rurais (Angola, 2016).

Culturalmente, Angola é um país repleto de diversidade, com várias manifestações culturais, como línguas nacionais, música, dança, gastronomia e desportos, entre outros. O país é multilíngue, pois, além do português que é a língua oficial, existem outras línguas

nacionais faladas nas quatro regiões do país. Dentre elas, Buisa (2016, p. 66), menciona haver “[...] outras línguas nacionais faladas pela maior parte da população: Kikongo [...] Kimbundu, Kuanyama, Nganguela, Tchokwe e Umbundu”.

A moeda nacional de Angola é o Kwanza, regulada pelo Banco Nacional de Angola (BNA). Além do Kwanza, circulam no mercado angolano as seguintes moedas: o dólar americano, o euro e o real brasileiro, que facilitam as trocas cambiais em casos de viagens ao exterior. O sistema de governo que impera em Angola é presidencialista, na qual o presidente é o chefe do executivo.

Para Silva (2023, p.12), citando a constituição da República de Angola no seu art.119, argumenta que esse “[...] sistema de governo dá competência ao Presidente para nomear todos os juízes Presidentes dos Tribunais Superiores [...] Juiz Presidente do Tribunal Constitucional [...] sem consentimento e nem aprovação da Assembleia Nacional”. Assim, esse sistema é considerado nefasto, ao centralizar as tomadas de decisões em um único indivíduo, que nomeia e exonera mormente ministros, comandantes do exército, da marinha, governadores e outros órgãos. Além disso, o presidente cumpre dois papéis: primeiro como presidente do país e em seguida como presidente do partido do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

2576

O excesso de poder do presidente da República não permite a abertura da participação cívica da sociedade civil na tomada de decisões de certas políticas públicas para o desenvolvimento do país (Quintas; Silva, 2023). Corroborando com os autores, isso se deve pela forma como o aparelho do Estado é controlado, onde o povo não é visto como o centro das ações das políticas públicas, ao olharmos na ascensão galopante da pobreza das famílias, não obstante o país ser tão rico em recursos minerais.

Os autores ainda evidenciam que um dos grandes males da governação em Angola se deve pela institucionalização da corrupção e falta de fiscalização dos bens, pois a “[...] corrupção e desvios constantes do erário público por parte dos governantes deveu-se, mormente, pelo desrespeito da prestação de contas de suas omissões e ações a quem lhes conferiu o mandato, bem como, o não controle mútuo entre os órgãos de soberania” (Quintas, Silva, 2023, p. 2).

O pesquisador angolano Filipe Zau (2002, p. 34.) destaca que:

Angola possui vastos recursos florestais, principalmente na província de Cabinda, floresta do Maiombe, onde se encontram madeiras de valor económico elevado como o pau-preto, ébano, sândalo, pau-raro e pau-ferro. Os recursos minerais são, sem dúvida, os que melhor se conhecem e estão a ser aproveitados a um nível razoável, principalmente o petróleo (Cabinda, Soyo e Kissama) e os diamantes

(Lunda e Malange). possui ainda grandes jazidas de ferro, cobre, ouro, chumbo, zinco, manganês, volfrâmio, estanho e urânio.

Percebe-se que Angola dispõe de mais de dez tipos de recursos minerais, merecendo destaque, entre eles, o petróleo, os diamantes, o gás natural, o fosfato, o ferro, o cobre, o magnésio, o ouro, como rochas ornamentais e as substâncias betuminosas. No entanto, apesar da abundância desses recursos no país, as políticas de distribuição de renda e as ações sociais revelam-se insuficientes para atender às demandas decorrentes da pobreza que afeta a população.

Ou se seja, Kebanguilako (2016, p. 121) acrescenta dizendo que:

Apesar do grande potencial econômico, a República de Angola é um dos países do mundo que tem grande parte da população colocada a baixo da linha da pobreza, devido a desequilibrada distribuição da renda nacional, concentrada num grupo muito pequeno da população. O país é ainda rico em muitas mineiras. Foi na década de 1970, o segundo maior exportador de ferro em África.

Nessa linha de raciocínio, Curimenha (2021), ao refletir sobre as riquezas do país, enfatiza que tais recursos não se refletem na qualidade de vida da população, na medida que a pobreza se alarma cada vez mais. Tal cenário é resultado da ineficiência do sistema de saúde e educação, assim como da presença de inúmeras famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica e falta de oportunidades de emprego. As instituições angolanas enfrentam uma carência de serviços básicos de saneamento em todos os níveis. Apesar da existência de numerosos rios e barragens hidroelétricas, muitas escolas carecem de acesso à água potável e eletricidade, para citar apenas alguns exemplos.

Se Angola fosse regida por um governo comprometido com o bem-estar da população, as riquezas mencionadas poderiam ser distribuídas de forma mais equitativa. A despeito do século XXI em que nos encontramos, ainda persistem situações em que as escolas não oferecem merenda escolar para crianças, e os professores são desvalorizados e há diversas dificuldades condicionantes às condições adequadas de trabalho. De acordo com Curimenha (2021, p. 7), em Angola, existe um “[...] desprezo pela educação [...], o que leva a grandes problemas no campo da formação de professores, visto que são subvalorizados e [...] desprestigiados [...]”.

Nesse contexto, é possível concordar que o sistema educacional em Angola parece mais focado em conceder diplomas a estudantes, ao invés de priorizar a criatividade e capacidades de raciocínio crítico dos estudantes. Observa-se uma ausência de políticas de incentivo à pesquisa em todas as suas dimensões. Educação, Ensino, Pesquisa e Extensão

devem estar relacionadas às políticas educacionais nas instituições superiores. Segundo Becker e Marques (2007, p. 6), a pesquisa “[...] no sentido estrito é a que se faz, no Brasil, nos cursos de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado; a que é feito por docentes universitárias [...]”.

A pesquisa científica como conjunto de elementos investigativos, ela serve para novas descobertas ou refutar de um determinado estudo existente. Elas podem ser feitas por meio de um estudo qualitativo ou quantitativo. Além disso, em partes refutamos a ideia do autor Backer ao afirmar que as pesquisas são realizadas apenas nas Pós-Graduações. É importante lembrar que tudo começa na graduação, onde o futuro pesquisador começa a dar os primeiros passos a partir dos projetos de iniciação científica e outros projetos.

Dessa maneira, falar da pesquisa científica em Angola é um processo desafiador, pois ainda existem professores, mestres e doutores sem publicação de artigo científico. Ademais, ressalta-se a falta de rigor científico, pois há vários trabalhos de estudantes que os seus trabalhos são pegos em plágio⁹, infelizmente mesmo tendo o aval dos orientadores. De forma hipotética, afirma-se que esses problemas acontecem porque não há um ensino direcionado aos métodos científico desde o primeiro ano do ensino superior e, muitos estudantes terminam a licenciatura e nem se quer sabem estruturar um projeto de pesquisa e fazer citações em condições. Assim, a educação em Angola está voltada naquilo que chamo de capitalismo científico, onde os professores orientadores simplesmente se importam em pedir dinheiro aos orientandos e pouco se faz ciência naquele território.

Nesse ponto de vista, sugerimos que o Ministério da Educação (MED), dê maior atenção a pesquisa, ensino e extensão, criar fóruns, minicurso e monitoria de iniciação científica aos estudantes da graduação, haja vista que muitos estudantes suas monografias são feitas por pessoas terceirizadas¹⁰.

No livro *África Ensinando a Gente*, de Paulo Freire e Sérgio Guimarães, documenta-se a viagem feita a Angola durante a década de 1970, na qual foi realizada uma entrevista com Lúcio Lara. Nessa conversa, abordou-se a temática da educação em Angola, e Lúcio Lara proferiu suas considerações a esse respeito dizendo: “[...] somos hoje um dos países

⁹Disponível em: <https://novojournal.co.ao/sociedade/interior/universidade-metodista-de-angola-detecta-plagios-nas-monografias-de-80-estudantes---finalistas-argumentam-que-tiveram- apenas-o-mesmo-orientador-116009.html?fbclid=IwAR3sLjzYHRYWyNSzR4VQkEHLNakbDBeWoRkC-AG5mlebNYClrHPpwwQ4d3s>. Acesso em: 02 nov. 2023.

¹⁰Essas práticas é frequente, pois os estudantes preferem pagar uma grana ao invés de se sentarem para escrever, porque não sabem.

mais importantes [...] da África [...] o governo, Ministério e eu digo sempre, o meu partido, não dê a importância que a educação tem que ter [...]" (Freire; Guimarães, 2011, p. 132).

Conforme expresso pelo entrevistado, embora tenha compartilhado tais reflexões na década de 1970, os problemas envolvidos perduraram até os dias atuais e apresentam uma tendência de ampliação, considerando o grande número de cidadãos excluídos do sistema educacional. Nesse contexto, Lúcio Lara sustenta que o governo deveria considerar a educação como uma solução essencial para promover o desenvolvimento do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo almejou por meio da pesquisa bibliográfica analisar de forma crítica como se desenvolveu a educação em Angola antes da invasão portuguesa e a educação no período colonial. Com base nos resultados encontrados no desenvolvimento da pesquisa, pode se indicar que os objetivos foram alcançados ao mostrar que em Angola, antes da presença colonial, já existia educação. Dentre os principais resultados achados, destaca-se que a educação pré-colonial se baseava na oralidade, na troca de saberes entre os mais velhos e os mais jovens a partir da história, contos, brincadeiras, caça, pesca, roda de conversa, etc.

Por outro lado, no âmbito da chegada dos portugueses em Angola, encontramos discórdia em relação às datas de 1482 ou 1483 e há poucos estudos em relação à educação pré-colonial. Daí, percebemos que a história de Angola precisa de maior aprofundamento histórico e valorizar os saberes dos povos indígenas.

No tocante a educação colonial, constatou-se que dentre as cinco fases, a educação Jesuíta, impôs sua norma cristã para fazer melhor negociar com os povos nativos e implementar seu modelo educacional por meio da catequese. Ademais, concordamos que a educação Salazarista foi ditadora e não criava políticas de acesso à educação aos povos originais.

Estes resultados levam a contribuição teórica e prática. No que se refere as contribuições teóricas, o trabalho discutiu sobre a educação pré-colonial, estudos que infelizmente em Angola é pouco pesquisado. No âmbito das contribuições práticas, este tudo pode reforçar a valorização da educação não escolar que estão presentes nas famílias, no cotidiano de cada indivíduo. Em suma, os resultados dessa pesquisa são úteis no campo social e acadêmica.

Quanto as limitações da pesquisa, ressaltam-se que, não conseguimos descrever passo a passo sobre como se desenvolveu a educação colonial pela extensão do tema e tivemos dificuldades para encontrar referências bibliográficas que tratam sobre a educação pré-colonial. É importante destacar que esses resultados não são conclusivos. Posto isso, sugere-se que pesquise de forma mais aprofundada a respeito dos da educação pré-colonial. Tornar-se importante estudo que trata sobre a verdadeira história colonial em Angola e espera-se que este trabalho contribua para os debates acadêmicos e sociais, a fim de promover múltiplas reflexões sobre o tema em discussão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Piedade Silissóle. **Currículo e qualidade de ensino no contexto angolano**. Ano IX, n. 29, p. 198, 2018.

ALTINI, Emília, *et al.* Por uma educação descolnial e libertadora: manifesto sobre a educação escolar indígena no Brasil. **Conselho Missionário**, Brasília, 2010.

ANGOLA. Instituto Nacional de Instituto-INE. **Resultado Definitos Recenseamento Geral da População e Habitação 2014**. Luanda, 2016.

BECKER, Fernando; Marques, Tania Beatriz Iwaszko. **Ser professor é ser pesquisador**. Porto Alegre, 1.ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

2580

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BUISA, Inês Florinda Luís. **Memórias de um curso de formação de professores de Matemática no Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda/Angola (1998-2009)**. 2019. 432 f. Tese (Doutorado em educação) - Faculdade e educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016

Castelo, Cláudia. Migração colonial para Angola e Moçambique (séculos XIX-XX). **Retornar: Traços de Memórias do Fim do Império**. Lisboa, v.70, p. 63-84, 2017.

CHOCOLATE, Francisco António Macongo. **Docência no ensino superior no ISCED-Cabinda (Angola): Formação de professores-atuação práticas pedagógicas**. 2016.397 f. Tese (Doutorado em educação) - Faculdade e educação, Universidade Federal de Mina Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CURIMENHA, Mendes. **Os fundamentos da educação angolana**. 1.ed. Barreiros/SC, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____, GUIMARÃES, Sérgio. **A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GONÇALVES, Pacheco Eduardo. **Educação das Relações Étnico-Raciais como Ferramenta no Combate no Racismo no Sistema educacional Angolano: Um caso do cabelo masculino.** 2023. 33 f. Monografia (Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades) Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, São Francisco do Conde/BA, 2023.

KEBANGUILAKO, Dinis. **A educação em Angola: sistema educativo, políticas públicas e os processos de hegemonização e homogeneização.** 2016. 325 f. Tese (Doutorado em educação) - Faculdade de educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista brasileira de educação**, n. 19, p. 20-28, 2002.

_____. Tecnologias do Eu e Educação. In: Tomaz Tadeu da. **O sujeito da educação: estudos foucaultianos.** Petrópolis: Vozes, v.1, n.994, p.35-86, 1994.

LIBERATO, Ermelinda. Avanços e retrocesso da educação em Angola. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v.19, p. 1003-1031, 2014

MURAPA, Rukudzo. A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC): rumo à integração política e econômica. **Impulso**, Piracicaba, n.º31, p. 155-164, 2002.

QUINTAS, Orlando Pedro; SILVA, José Manuel Mussunda da. Análise da accountability horizontal no Estado angolano. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 9, n. 1, 2023.

RANGEL, Filipe Augusto Barreto. Conversão e escravidão: reflexões sobre o cristianismo na Fortaleza de Muxima em Angola no século XVIII. **Simpósio Internacional de estudos Inquisitoriais**, Salvador, 2011.

2581

SILVA, José Mussunda da. **Cultura Política e a participação: Debates da percepção do Movimento Revolucionário Angola.** 2023. 136 f. Dissertação. (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

SILVA, Sonia Cristina Cardoso dos Santos. O percurso histórico de estabelecimento das fronteiras em Angola. **Fronteiras: Revista de História**, Dourados/MS, v.21, n.37, p. 126-151, 2019.

VICTORINO, Samuel Carlos. O papel da educação na Reconstrução nacional da República de Angola. In: **Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária.** IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio sociopolítico. Brasília, 2012.

VILARIM, Paulo Roberto; MARTINS, Décio Ruivo; RODRIGUES, Sérgio Paulo Jorge. A diferença da educação escolar indígena na colonização portuguesa de Angola e Brasil. **Odeere**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 237-254, 2021.

ZAU, Filipe. **Angola: trilhos para o desenvolvimento.** 1.ed. Lisboa, Universidade Aberta, v.19, 2002, 310 p.